

Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em recuperação judicial

CNPJ: 08.070.566/0001-00

Relatório dos Administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras resumidas dos exercícios findos em 31/03/2022, 31/03/2021 e 01/04/2020, acompanhadas das principais notas explicativas.

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://publlegal.diariodenoticias.com.br/>

Balanço Patrimonial em 31 de março (Em milhares de reais)

31.03.2022 31.03.2021 01.04.2020
(reapresentado) (reapresentado)

| Ativo | 31.03.2022 | 31.03.2021 | 01.04.2020 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 623.179 | 87.185 | 19.282 |
| Aplicações financeiras | 3.296 | 3.195 | 3.250 |
| Contas a receber de clientes | 39.304 | 35.356 | 44.341 |
| Estoques | 519.803 | 391.095 | 341.138 |
| Ativo biológico | 451.098 | 274.864 | 158.981 |
| Tributos a recuperar | 75.018 | 43.273 | 53.710 |
| Partes relacionadas | 33 | 43 | 426 |
| Outros créditos | 26.700 | 24.859 | 41.111 |
| Total do ativo circulante | 1.738.431 | 859.810 | 662.239 |
| Ativo não circulante | | | |
| Estoques | 114.951 | 128.825 | 159.891 |
| Tributos a recuperar | 23.776 | 19.051 | 23.646 |
| Partes relacionadas | 480.829 | 149.174 | 1.025.401 |
| Depósitos judiciais | 17.436 | 19.543 | 19.884 |
| Outros créditos | 16.472 | 816 | 231 |
| Total do ativo não circulante | 653.464 | 317.409 | 1.229.053 |
| Total do ativo | 4.869.040 | 4.500.406 | 5.629.991 |
| | 31.03.2022 | 31.03.2021 | 01.04.2020 |
| | (reapresentado) | (reapresentado) | |

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)

| Passivo circulante | 168.459 | 132.035 | 235.433 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| Fornecedores | 56.083 | 69.263 | — |
| Empréstimos e financiamentos | 27.788 | 44.235 | 4.116.725 |
| - sujeitos ao PRJ ¹ | 50.272 | — | — |
| Passivos de arrendamento | 240.752 | 161.349 | 145.096 |
| Salários e encargos | 41.403 | 35.208 | 38.134 |
| Tributos a recolher | 21.497 | 19.562 | 16.747 |
| Tributos parcelados | 8.993 | 20.597 | 9.941 |
| Adiantamentos de clientes | 58.609 | 5.658 | 18.192 |
| Partes relacionadas | 31.347 | 41.666 | 33.958 |
| Outros débitos | 909 | 10.040 | 1.106 |
| Total do passivo circulante | 706.112 | 539.613 | 4.615.332 |
| Passivo não circulante | | | |
| Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹ | 78.616 | 88.360 | — |
| Empréstimos e financiamentos | 283.056 | 239.453 | 207.731 |
| Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ ¹ | 3.926.731 | 3.780.233 | — |
| Passivos de arrendamento | 802.988 | 576.564 | 531.301 |
| Tributos parcelados | — | 7.554 | 7.366 |
| Provisão para contingências | 53.018 | 29.429 | 35.230 |
| Imposto de renda diferido passivo | 94.564 | 17.137 | 5.731 |
| Partes relacionadas | 178.543 | 165.762 | 91.742 |
| Outros débitos | 7.963 | 14.948 | — |
| Total do passivo não circulante | 5.425.479 | 4.919.440 | 1.713.997 |
| Total do passivo | 6.131.591 | 5.459.053 | 6.329.329 |
| | 31.03.2022 | 31.03.2021 | 01.04.2020 |
| | (reapresentado) | (reapresentado) | |

1 Plano de Recuperação Judicial
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Março de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| 1. Contexto operacional: | (a) A Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em recuperação judicial ("Brenco", "Companhia"), constituída em 15 de fevereiro de 2005, possui sede em São Paulo e unidades produtivas na região Centro-Oeste do país, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica. A Companhia pertence ao Grupo Atvos, sendo controlada de forma direta pelo Atvos Agroindustrial Participações S.A. (uma das holdings do grupo) e é controlada indiretamente pela LSLF10 Brazil Holdings LLC. ("LSLF10"). (b) A Brenco possui 4 filiais operacionais nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e tem capacidade de moagem instalada de 13,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, tendo sido processadas 10,3 milhões na safra 21/22 (11,1 milhões na safra 20/21). O Grupo Atvos vem implementando ações para melhoria da saúde financeira, aumento da produtividade e crescimento, destacando-se: (i) Aumento do nível de investimentos em formação de lavoura, buscando ganhos de produtividade e redução da idade média do canavial, (ii) melhoria nos indicadores qualitativos de tratos com o intuito de aumentar a longevidade e produtividade da cana-soca, (iii) redução de custos agrícolas, principalmente na área de corte, transbordo e transporte de cana (CTT), (iv) diluição dos custos fixos através do aumento de moagem nos anos vindouros e, consequentemente, redução da ociosidade das plantas industriais, (v) implementação de programa estruturado de melhoria operacional (projeto Avante) e (vi) fortalecimento dos sistemas de informação e cyber security, dando mais robustez aos controles internos do Grupo, bem como difusão das melhores práticas de conformidade, segurança da informação e governança corporativa. Adicionalmente, a Companhia em conjunto com outras empresas do Grupo Atvos, incluindo sua controladora direta, apresentou, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dividas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus mais de 9 mil integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Atvos está conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019. No dia 20 de maio de 2020, o Grupo Atvos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e em cumprimento à data da Assembleia Geral de Credores ("AGC") colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperações. Os credores aprovaram a consolidação substancial da Companhia e de outras 6 Recuperações, sendo elas: Atvos Agroindustrial S.A., Atvos Agroindustrial Participações S.A., Destilaria Alecrim S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A. e Usina Eldorado S.A. A recuperação judicial das Recuperações Agro Energia Santa Luzia S.A. ("USL") e Usina Conquistada do Pontal S.A. ("UCP") foi tratada em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras seis empresas. No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homologatória do PRJ Consolidado e dos planos individuais da USL e da UCP. A referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Com a homologação, foram implementados cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs. (c) Plano de Recuperação Judicial: As principais premissas, por tipo de credor, que constam nos PRJs homologados e que estão refletidas nas Demonstrações Financeiras, podem ser assim resumidas: • Créditos Trabalhistas: Não tiveram os valores e as condições originais de pagamento reestabelecidos pelo PRJ. • Classe II (Garantia Real): O montante correspondente a 54% dos Créditos de cada Credor com Garantia Real poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Companhia. Caso o credor opte por subscriver as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, sendo que as Debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pelo variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos com os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 5º, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • Classe III (Quirográfico Financeiro): O montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirográfico Financeiro, que serão pagos 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, sendo que as Debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pelo variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos com os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 5º, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • Classe IV (Pequenas e Médias empresas): Opção B: Opção aos créditos de recebimento de R\$ 50 (cinquenta mil reais) ou do valor total do crédito, que for menor, em uma única parcela vencimento em 90 dias contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Em agosto de 2021, ocorreu o pagamento da primeira parcela dos credores classe III (quirográficos não financeiros), credores classe IV (Pequenas e Médias empresas), que estão na Opção B. O valor total pago foi de R\$ 51.529 referente a 1.230 credores. <td>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</td> | As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras |
|--|--|--|
| 2. Apresentação das demonstrações financeiras: | As demonstrações financeiras resumidas dos exercícios findos em 31/03/2022, 31/03/2021 e 01/04/2020, acompanhadas das principais notas explicativas. | |
| 3. Aviso: | As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://publlegal.diariodenoticias.com.br/ | |

Demonstração do Resultado do Exercício (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CNPJ: 08.070.566/0001-00

| | 31.03.2022 | 31.03.2021 | 01 |
| --- | --- | --- | --- |

★ continuação Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 da Breco - Companhia Brasileira de Energia Renovável - Em Recuperação Judicial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Passivo e passivo a descoberto | Em 31 de março de 2021 | | | | | | Em 1º de abril de 2020 | | | | | | |
|---|------------------------|---------------------------|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------|--------------------------------------|------------------------|---------------------------|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------|--------------------------------------|-----------------------|
| | Nota | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores representados | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores representados | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores representados | Originalmente apresentado | Correção de erros e reclassificações | Valores representados |
| Passivo circulante | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | (e), (g) | 157.338 | (25.303) | 132.035 | 235.445 | (12) | 235.433 | | | | | | |
| Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹ | (g) | 44.180 | 25.083 | 69.263 | — | — | — | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 44.235 | — | 44.235 | 4.116.725 | — | — | 4.116.725 | | | | | | |
| Passivos de arrendamento | (b) | 142.010 | 19.339 | 161.349 | 181.940 | (36.844) | 145.096 | | | | | | |
| Salários e encargos | 35.208 | — | 35.208 | 38.134 | — | 38.134 | | | | | | | |
| Tributos a recolher | (c), (e) | 21.340 | (1.778) | 19.562 | 17.656 | (909) | 16.747 | | | | | | |
| Tributos parcelados | (g) | 20.597 | — | 20.597 | — | 9.941 | 9.941 | | | | | | |
| Adiantamentos de clientes | (d), (g) | 15.324 | (9.666) | 5.658 | 21.681 | (3.489) | 18.192 | | | | | | |
| Partes relacionadas | (g) | 42.073 | (407) | 41.666 | 33.958 | — | 33.958 | | | | | | |
| Outros débitos | (g) | 10.040 | — | 10.040 | 11.047 | (9.941) | 1.106 | | | | | | |
| Total do passivo circulante | 532.345 | 7.268 | 539.613 | 4.656.586 | (41.254) | 4.615.332 | | | | | | | |
| Passivo não circulante | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores - sujeitos ao PRJ ¹ | | 88.360 | — | 88.360 | — | — | — | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | (g) | 239.455 | (2) | 239.453 | 207.731 | — | 207.731 | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ ¹ | (g) | 3.780.231 | 2 | 3.780.233 | — | — | — | | | | | | |
| Passivos de arrendamento | (b) | 495.654 | 80.910 | 576.564 | 663.049 | (131.748) | 531.301 | | | | | | |
| Tributos parcelados | (g) | 7.554 | — | 7.554 | — | 7.368 | 7.368 | | | | | | |
| Provisão para contingências | (a) | 7.374 | 22.055 | 29.429 | 13.483 | 21.747 | 35.230 | | | | | | |
| Imposto de renda diferido passivo | (i) | 17.137 | — | 17.137 | — | 5.731 | 5.731 | | | | | | |
| Partes relacionadas | (g) | 165.762 | — | 165.762 | 917.424 | — | 917.424 | | | | | | |
| Outros débitos | (g) | 14.948 | — | 14.948 | 16.581 | (7.369) | 9.212 | | | | | | |
| Total do passivo não circulante | 4.799.338 | 120.102 | 4.919.440 | 1.818.268 | (104.271) | 1.713.997 | | | | | | | |
| Total do passivo | 5.331.663 | 127.370 | 5.459.053 | 6.474.854 | (145.525) | 6.329.329 | | | | | | | |
| Passivo a descoberto | | | | | | | | | | | | | |
| Capital social | 3.994.676 | — | 3.994.676 | 4.284.839 | — | 4.284.839 | | | | | | | |
| Reserva de incentivos fiscais | 761.382 | — | 761.382 | — | — | — | | | | | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (h) | 729 | (729) | — | 729 | (729) | — | | | | | | |
| Prejuízos acumulados | (4.857.470) | 2.575 | (4.854.895) | (4.312.550) | (9.388) | (4.321.938) | | | | | | | |
| Total do passivo a descoberto | (100.683) | 1.846 | (98.837) | (26.982) | (10.117) | (37.099) | | | | | | | |
| Total do passivo e do passivo a descoberto | 5.231.000 | 129.216 | 5.360.216 | 6.447.872 | (155.642) | 6.292.230 | | | | | | | |
| 1º Plano de Recuperação Judicial | | | | | | | | | | | | | |
| Demonastração do resultado do exercício | | | | | | | | | | | | | |
| Receita operacional líquida | | | | | | | | | | | | | |
| Custo dos produtos e serviços vendidos | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro bruto | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas com vendas | | | | | | | | | | | | | |
| Recetas (despesas) administrativas e gerais, líquidas | (b) | 2.120.389 | (1.641.680) | 4.069 | 2.116.320 | | | | | | | | |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | (d) | 3.694 | (3.694) | — | 32.724 | (1.608.956) | | | | | | | |
| Lucro operacional antes do resultado das participações societárias e do resultado financeiro | 478.709 | | | | 28.655 | 507.364 | | | | | | | |
| Resultado de participações societárias | (b) | (158.440) | (3.724) | — | (158.440) | — | | | | | | | |
| Recetas financeiras | (g) | 85.227 | — | — | 315 | 315 | | | | | | | |
| Despesas financeiras | (b), (g) | (181.599) | — | (263.382) | 257.781 | 343.008 | | | | | | | |
| Resultado financeiro, líquido | (96.372) | | | | 216.479 | 23.369 | 239.848 | | | | | | |
| Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social | 216.479 | | | | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | | | | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 216.479 | | | | | | | | | | | | |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de março de 2020 (anteriormente apresentado) | 902.255 | | | | | | | | | | | | |
| Efeito de ajustes | | | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 1º de abril de 2020 (reapresentado) | 902.255 | | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de março de 2021 (anteriormente apresentado) | 67.903 | | | | | | | | | | | | |
| Efeito de ajustes | | | | | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de março de 2021 (reapresentado) | 67.903 | | | | | | | | | | | | |
| Demonstração do Fluxo de Caixa | | | | | | | | | | | | | |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | | | | | | | | | | | | |
| Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimento | | | | | | | | | | | | | |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | | | | | | | | | | | | | |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | | | | | | | | | | | | | |
| Os motivos que resultaram na necessidade de representação estão resumidos a seguir: (a) Identificação pela administração de erros na apresentação dos saldos de depósitos judiciais e da provisão para contingências, conforme CPC25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Anteriormente os depósitos judiciais encontravam-se incorretamente apresentados líquidos no balanço patrimonial da Companhia, desconsiderando a análise analítica dos processos que os originaram. Também foram identificados certos depósitos judiciais em aberto de longa data e sem expectativa de realização, os quais foram baixados de forma retrospectiva. (b) Identificação pela administração da necessidade de correção da contabilidade de arrendamentos à luz do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, principalmente para inclusão de certos contratos anteriores não registrados, substancialmente de parcerias agrícolas (apenas parte dos contratos haviam sido originalmente identificados), e correções às remunerações desses contratos para refletir as atualizações dos indicadores de correção associados ao Ácaro. Total Recuperável - ATR. A Administração atualizou sua base dos contratos de arrendamento e reperfeiou novo cálculo de mensuração, desde a adoção inicial da norma. Os efeitos dos ajustes mencionados foram aplicados de forma retrospectiva, ajustando os saldos de direito de uso e os passivos de arrendamento. (c) Identificação pela administração de erros na apresentação de tributos a recuperar e a recolher e na segregação entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Os efeitos dos ajustes mencionados foram aplicados de forma retrospectiva. (d) Identificação pela administração da necessidade de provisão de estocos obsoletos e com giro lento no ano corrente, substancialmente itens de almoxarifado, mas que de acordo com as políticas contábeis da Companhia já deveriam ter sido provisionados antes do encerramento do exercício anterior. Foi adotada a abordagem retrospectiva para correção desse valor. (e) Identificação pela administração de erros na classificação e/ou apresentação líquida de saldos ativos e passivos e em linhas do resultado (principalmente entre receitas e despesas financeiras), para melhor apresentação segundo a natureza dos saldos, conforme CPC26 - Apresentação das demonstrações financeiras. Os efeitos foram aplicados de forma retrospectiva. (f) Identificação pela administração da necessidade de correção na mensuração do investimento no Centro de Tecnologia Canavieira - CTC, através do método de equivalência patrimonial à luz do CPC18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que não se encontrava atualizado com as informações financeiras mais recentes da investida, com efeitos aos saldos correspondentes. (g) Identificação pela administração da necessidade de correção na mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos, à luz do CPC 32 - Tributos sobre o lucro, principalmente em função dos efeitos dos ajustes de representação anteriormente descritos, com efeitos aos saldos correspondentes. | | | | | | | | | | | | | |
| 4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa compreendem os | | | | | | | | | | | | | |